

Parecer Técnico FEAM/URA TM - CAT nº. 13/2025

Uberlândia, 25 de fevereiro de 2025.

<b>Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (LAS) nº 108284714</b>			
<b>Processo SEI 2090.01.0002254/2025-23</b>			
<b>PA SLA Nº 1488/2025</b>		<b>SITUAÇÃO:</b> Sugestão pelo deferimento	
<b>EMPREENDEDOR:</b>	Taynara Cunha Chagas	<b>CPF:</b>	418.115.128-01
<b>EMPREENDIMENTO:</b>	Fazenda Derramado - matrícula 21.574	<b>ZONA:</b> RURAL	
<b>MUNICÍPIO(S):</b>	Gurinhata - MG		
<b>CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Não há incidência de critério locacional.</li></ul>			
<b>CÓDIGO:</b>	<b>ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):</b>	<b>CLASSE</b>	<b>CRITÉRIO LOCACIONAL</b>
G-01-03-1	Culturas anuais, semiperenes e perenes e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura	3	0
<b>CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:</b>		<b>REGISTRO e ART:</b>	
Maristela Cândida Silveira (Bióloga)		CRBio 080986/04-D ART 20251000100924	
<b>AUTORIA DO PARECER</b>		<b>MATRÍCULA</b>	<b>ASSINATURA</b>
Emanuelli Alexandra Prigol de Araujo - Gestora Ambiental		1.364.971-0	
De acordo:   Rodrigo Angelis Alvarez - Coordenador de Análise Técnica - CAT-TM		1.191.774-7	



Documento assinado eletronicamente por **Emanuelli Alexandra Prigol de Araujo, Servidor(a) Público(a)**, em 25/02/2025, às 10:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Angelis Alvarez, Diretor (a)**, em 25/02/2025, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **108284714** e o código CRC **51519C86**.



### **Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 108284714 (SEI)**

O empreendimento Fazenda Derramado - matrícula 21.574, localizado na zona rural do município de Gurinhatã, atua no ramo de atividades agrossilvipastoris tendo como atividade principal o cultivo de culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agropastoris, exceto horticultura - código G-01-03-1.

O empreendimento possui duas Licenças Ambientais Simplificadas, modalidade LAS/Cadastro conforme Certificados nº 5623 (validade até 18/12/2030) para atividade de culturas anuais em 410 ha e criação de bovinos em sistema extensivo em 200 ha; e nº 5551 (validade 16/12/2030) para culturas anuais em 580,80 ha, ambos para as matrículas 15.925 e 21.574. Tais certificados estão em nome de Winston Frederico Almeida Drumond, que é comodatário de uma área de 1.752,6320 ha do imóvel rural denominado Fazenda Derramado (matrícula 21.574), conforme contrato particular de comodato firmado com Benedicto Peres Drummond.

Ocorre que a empreendedora Taynara Cunha Chagas firmou um contrato de parceria agrícola com o Sr. Winston para exploração de 822,80 ha com culturas anuais perenes e semiperenes, com validade até 31/07/2027. Cabe informar que a referida empreendedora também possui carta de anuência para requerer o pedido de licenciamento ambiental.

Através do processo 1488/2025 formalizado em 18/02/2025 na URA-TM, via apresentação do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), a empreendedora solicita a Licença Ambiental Simplificada para o empreendimento Fazenda Derramado.

Para o desenvolvimento das atividades, o solo é preparado conforme a necessidade da cultura, ou seja, são feitas análises que apontam a necessidade da aplicação de calcário e gesso agrícola para correção da acidez e adubos para balanceamento de nutrientes conforme a cultura (soja, milho, sorgo). O sistema de plantio adotado é o de plantio direto e convencional, em regime de sequeiro. São adotadas práticas conservacionistas como rotação de culturas, plantio em nível, bolsões para contenção de água pluvial e plantio de leguminosas. Além disso, o empreendimento não realiza queima dos restos culturais, faz controle de tráfego mecânico para que a compactação do solo seja minimizada e restrita às zonas trafegadas estabelecidas na área de produção, bem como precisão na aplicação dos insumos para otimizar o uso dos insumos e evitar contaminações.

Os demais insumos utilizados necessários para a condução das atividades são fungicidas, herbicidas e inseticidas, utilizados obedecendo recomendação agrônômica e aplicados somente conforme necessidade.

A mão de obra para condução das atividades é composta por 02 funcionários fixos, trabalhando em 1 turno de 8 horas por dia durante 11 meses do ano. Não há famílias residentes no empreendimento.

O uso de recurso hídrico na propriedade tem como finalidade o consumo humano e a aplicação de defensivos, proveniente de uma captação subterrânea por meio de poço tubular, conforme Portaria de Outorga nº 1909304/2021 (processo 55197/2021), válida por 10 anos a partir de 30/11/2021. Conforme relatório fotográfico apresentado, o poço possui hidrômetro e horímetro.

Como principais impactos inerentes às atividades mapeados no RAS, tem-se a geração de resíduos sólidos como embalagens vazias de defensivos agrícolas, resíduos sólidos domésticos como vidros, plásticos e papéis, efluentes líquidos sanitários e água da tríplex lavagem das embalagens de defensivos.



Quanto ao uso de defensivos, o armazenamento não é realizado na propriedade, uma vez que é comprado e utilizado conforme a demanda.

As embalagens vazias de defensivos são devolvidas nos locais de compra em sistema de logística reversa e são armazenadas em galpão até a destinação final. Os resíduos sólidos domésticos são armazenados e destinados para reciclagem.

A água da tríplice lavagem é reutilizada na aplicação de defensivos e os efluentes sanitários atualmente são destinados para fossa negra. Logo, será condicionado neste parecer a comprovação de sua instalação.

A Reserva Legal do empreendimento está localizada em seus limites conforme mapa apresentado. A propriedade possui registro no Cadastro Ambiental Rural - CAR conforme nº MG-3129103-AB81.0B0F.1E55.44DA.BB11.98CB.B297.1AB5, com 351,5291 ha de reserva legal declarada, área não inferior aos 20% exigidos pela legislação vigente.

Importante ressaltar que não foi realizada vistoria no local, o que não permite atestar as condições reais das áreas protegidas da propriedade, portanto, este aspecto não faz parte da análise contida neste parecer. O CAR deverá ser futuramente analisado e homologado pelo órgão responsável conforme legislação em vigor.

Foi apresentado o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais do IBAMA nº 8466466, válido até 14/04/2025.

Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados no RAS, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento "Fazenda Derramado - matrícula 21.574" para a atividade principal de culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agropastoris, exceto horticultura no município de Gurinhatã/MG", pelo prazo de 10 anos", vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.

**Este parecer técnico foi elaborado com base unicamente nas informações prestadas no Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e demais documentos anexados aos autos do processo. Não foi realizada vistoria ao local, sendo, portanto, o empreendedor e, ou consultor o(s) único(s) responsável(is) pelas informações prestadas e relatadas neste parecer.**



## ANEXO I

### CONDICIONANTES DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL do empreendimento Fazenda Derramado - matrícula 21.574

A comprovação do cumprimento das condicionantes do empreendimento deverá ser apresentada por meio de peticionamento intercorrente no processo **SEI nº 2090.01.0002254/2025-23**

#### **CONDICIONANTE Nº: 1**

**Descrição da Condicionante:**

Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.

**Prazo:** Durante a vigência da licença.

**Frequência:** Anualmente.

**Prazo para protocolo:** Apresentar até o dia 20º dia do mês subsequente ao vencimento da frequência de apresentação do relatório.

#### **CONDICIONANTE Nº: 2**

**Descrição da Condicionante:**

Apresentar relatório técnico-fotográfico, comprovando a instalação de fossa séptica em todos os locais onde há geração de efluente sanitário no empreendimento.

**Prazo:** 180 dias.

**Frequência:** Única.

**Prazo para protocolo:** Apresentar até o dia 20 do mês subsequente ao vencimento da frequência de apresentação do relatório.



## ANEXO II

### Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento Fazenda Derramado - matrícula 21.574

#### CONDICIONANTE Nº: 1 do Automonitoramento

##### **Descrição da Condicionante:**

Apresentar, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados, bem como a identificação e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

O relatório deve conter as seguintes informações, apresentadas no formato de tabela:

1. Resíduos (Denominação do resíduo; Origem; classe conforme NBR 10.004, ou a que sucedê-la, e Taxa de geração (Kg/mês) de todos os resíduos gerados);
2. Transportador (Razão Social e Endereço Completo do transportador de cada um dos resíduos) e;
3. Destinação Final (Indicar a forma de destinação\*; Razão Social, Endereço completo Nº processo de licenciamento e validade, dos responsáveis pela destinação de cada um dos resíduos).

\*Formas de Destinação:

- 1 - Reutilização;
- 2 - Reciclagem;
- 3 - Aterro Sanitário;
- 4 - Aterro industrial;
- 5 - Incineração;
- 6 - Co processamento;
- 7 - Aplicação no solo;
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada);
- 9 - Outras (especificar).

Orientações/ Recomendações:

1. Em caso de alterações na forma de disposição final dos resíduos sólidos em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado, a empresa deverá comunicar previamente à Supram para verificação da necessidade de licenciamento específico.
2. Se realizadas doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.
3. As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos pelo empreendedor, para fins de fiscalização.
4. Observar sobre a facultatividade de apresentar a DMR, emitida via sistema MTR-MG, caso o empreendimento esteja indicado no disposto no artigo 2, inciso II da Deliberação Normativa Copam nº 232, de 27 de fevereiro 2019, considerando os prazos estabelecidos pela própria Deliberação.

Orientações/Recomendações:

Obs.: Fica facultada ao empreendedor a possibilidade de apresentar a DMR, emitida via sistema MTR-MG, uma vez que os empreendimentos agrossilvipastoris, pelo disposto no artigo 2, inciso II da DN COPAM 232/2019, são dispensados.

**PROGRAMA DE AUTOMONITORAMENTO / MONITORAMENTO:** Resíduos Sólidos

**PERÍODO DE EXECUÇÃO:** Durante a vigência da Licença Ambiental

**AFERIÇÃO:** Outra - De acordo com a operação do empreendimento

**FREQUENCIA DE APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO:** Semestralmente

**PRAZO PARA PROTOCOLO:** Apresentar até o dia 20 do mês subsequente ao término da frequência de apresentação do relatório



**Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.**

Em razão de fato superveniente, o empreendedor poderá requerer a exclusão, a prorrogação do prazo para o seu cumprimento ou a alteração de conteúdo da condicionante imposta, formalizando requerimento escrito, devidamente instruído com a justificativa e a comprovação da impossibilidade de cumprimento, até o vencimento do prazo estabelecido na respectiva condicionante; sendo necessário instruir o pedido com o comprovante de recolhimento da taxa de

expediente respectiva (Lei Estadual nº. 22.796/17 - ANEXO II - TABELA A).

A comprovação do atendimento aos itens destas condicionantes deverá estar acompanhada da anotação de responsabilidade técnica - ART, emitida pelo(s) responsável (eis) técnico(s), devidamente habilitado(s), quando for o caso.

Os laboratórios, impreterivelmente, devem ser acreditados/homologados conforme a Deliberação Normativa Copam nº 216, de 07 de outubro de 2017, ou a que sucedê-la.

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.